



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.
Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUFRAMA

**ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA – CAPDA**

DATA: 15 de fevereiro de 2008

HORA: 09h00min

LOCAL: Auditório Floriano Pacheco (Sede da SUFRAMA)

Membros presentes à reunião:

01. Adalberto Afonso Barbosa – MCT
02. Avílio Antonio Franco – FINEP
03. Edleno Silva Moura – Comunidade Científica
04. Edson Barcelos da Silva – Governo do Estado do Amazonas
05. Helena Luna Ferreira – CNPq
06. José Aldemir de Oliveira – Governo do Estado do Amazonas
07. José Rincon Ferreira - MDIC
08. Manoel A. Soares Neto – PIM
09. Niro Higuchi – Comunidade Científica
10. Roberto Barcelar Alves Lavor – PIM
11. Rosângela Maria Queiroz da Costa – BASA
12. Saleh Mamud Abu Hamdeh - PIM
13. Spartaco Astolfi Filho – Comunidade Científica
14. Valéria Silveira Bentes – SUFRAMA/CGTEC

Coordenação Geral de Gestão Tecnológica - CGTEC

- 01 Alexandre José Antunes Neto
- 02 Alexandre Romero Costa
- 03 Ana Maria Holanda F. Sales
- 04 Ângela Sammer Alencar Vieira
- 05 Cila Denice Lima Navarro
- 06 Flávia Piva de Aguiar
- 07 Francisco Messias da Silva Fontenele
- 08 Jorge Almeida de Menezes
- 09 Kátia Lorena dos Santos Esteves
- 10 Kelry Laborda Silva
- 11 Marcelo Alexandre C. M. Barbosa
- 12 Marcos Lima de Souza
- 13 Maurício de Castro Pacheco
- 14 Nazaré Jaqueline Marques Coelho
- 15 Rômulo Gusmão
- 16 Valclides Fernandes dos Santos (Kid)
- 17 William Kashimura.

O Coordenador (suplente), Sr. José Rincon Ferreira, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC abriu os trabalhos do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA, dando as boas-vindas a todos, e registrou as seguintes presenças, pela primeira vez, no âmbito do CAPDA: Sr. Adalberto Afonso Barbosa, Coordenador-Geral de Tecnologia do SEPIN, representando o Sr. Augusto César Gadelha, Secretário de Política de Informática – SEPIN, Sra. Helena Luna Ferreira, Coordenadora-Geral do Programa de Pesquisa em Ciência da Terra e do Meio Ambiente do CNPq, representando o Prof. Dr. José Roberto Drugowich de Felício, Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais do CNPq; e Sr. Avílio Antônio Franco, Superintendente da Área de Institutos Tecnológicos e de Pesquisa da FINEP.

Em seguida, deu abertura às manifestações acerca da agenda: A Sra. Helena Luna manifestou sua preocupação quanto à duração da reunião, se seu tempo seria suficiente para fazer a apresentação do CNPq. Esclareceu-lhe a Sra. Valéria Bentes, Secretária Executiva do CAPDA, que o término da reunião estaria previsto para as 13h, e que muitos dos trabalhos da pauta são meros encaminhamentos de relatórios, a serem discutidos na próxima reunião.

Seguiram-se os itens:

I – EXPEDIENTE

1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2007, NA CIDADE DE MANAUS/AM.

-Aprovada por unanimidade.

II – ORDEM DO DIA

1. COMUNICAÇÃO

O Coordenador leu a Comunicação, dando ciência de que, em atendimento às condicionantes estabelecidas pelo Comitê, por ocasião da apreciação do Relatório de Avaliação de Desempenho (RAD), do Instituto Superior de Administração e Economia – ISAE, submetido na 18ª Reunião Ordinária, de 10 de março de 2007, o Instituto apresentou novo plano de pesquisa e desenvolvimento – P&D, realinhado-o às recomendações. O plano foi analisado mediante Nota Técnica nº 024/22007-CGTEC/COART, expressando o entendimento de que o mesmo cumpriu as exigências.

A Sra. Valéria esclareceu que, quando o RAD foi submetido àquela Reunião, deliberou-se pela manutenção do credenciamento do Instituto, desde que o mesmo realinhasse o seu plano de P&D, focando naquilo em que tem excelência, que é na capacitação de recursos humanos.

2. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES COM BASE NA RESOLUÇÃO nº 002-CAPDA, de 10.04.2007.

2.1. Instituto Ambiental e Tecnológico da Amazônia – IATECAM (Parecer Técnico nº 82/2007-SAP/CGTEC/COART).

Foi feita a leitura do resumo do mencionado parecer, no qual a análise técnica opinou pelo deferimento do pleito, e recomendou que no prazo de seis meses fosse realizada visita técnica no Instituto, para constatar a contratação do quadro efetivo. Após a leitura, manifestaram-se os seguintes comitentes:

-Sr. Avílio Antônio Franco, representante (titular) da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP: Disse que mudaria a conclusão, porque se a contratação de pessoal é a condicionante, a proposta ficaria aprovada, mas condicionada ao cumprimento da contratação de pessoal, e depois, seria averiguado o seu cumprimento.

-Sr. Adalberto Afonso Barbosa, representante (suplente) do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT: Perguntou se esta Associação Civil Privada é ligada a algum grupo, ou a alguma empresa. A técnica da CGTEC, Kátia Esteves, responsável pela análise, limitou-se a responder que não.

O Sr. Adalberto questionou sobre a estrutura que o Instituto possui, relacionada a servidores, banco de dados, se há projetos, e se estes estão em andamento. Foi-lhe informado pela Secretária que o Instituto é novo, tendo esclarecido sobre o procedimento que vem sendo adotado pelo CAPDA, no qual já foram aprovados credenciamentos semelhantes, com o plano de expectativas de desenvolvimento de projetos, por serem institutos constituídos recentemente, sem nenhum histórico. Portanto, aposta-se que a Instituição irá desenvolver os projetos e atuar na linha de pesquisa proposta, enfim merecendo o credenciamento.

Sobreveio a seguinte pergunta pelo Sr. Adalberto: “então, estou entendendo que essa infra-estrutura ainda vai ser implantada?”. Respondeu a Sra. Valéria que ainda está em implantação.

Continuando, o Sr. Adalberto disse que na conclusão sugerida pelo Sr. Avílio, incluiria, além da questão dos recursos humanos, a questão da infra-estrutura - pelo menos a infra-estrutura mínima. A esse teor, informou a técnica Kátia Lorena que hoje existem oito estações de trabalho, as quais entrarão em funcionamento tão logo tenha o aval do CAPDA.

- Sr. José Aldemir de Oliveira, representante titular do Governo do Estado do Amazonas (SECT-AM): Disse que ao se credenciar o instituto, se capacita para captar recursos, mas a questão é saber se nesses seis meses em que vai ser avaliado, se não contratou pessoal, mas captou recursos, como fica? E acrescentou que o quadro de pessoal apresentado não é o necessário para iniciar.

A técnica Kátia informou que a Vice-Presidente do Instituto, Sra. Érika Handar é mestranda em informática, e que, por ocasião das visitas realizadas, ela apresentou-se com condições de desenvolver o software, e que não precisa, de imediato, de uma equipe muito grande, pois já vem desenvolvendo esse projeto, sendo sua intenção contratar mais profissionais para que possa desenvolver os outros dois projetos com agilidade e eficiência.

O Sr. Spartaco Astolfi Filho, representante (titular) da Comunidade Científica da Amazônia Ocidental, compartilhou com a opinião do Dr. Aldemir, uma vez que já foram credenciadas algumas instituições mais ou menos com esse perfil, ou seja, muito incipiente, e com decorrer do tempo foram descredenciadas.

Para a Sra. Valéria deve haver certa compatibilidade com o que a instituição se propõe a fazer. A proposta é basicamente software, e para desenvolvê-lo é necessário profissional voltado à área. No caso em tela, estão sob contratação profissionais de área de ciência da computação, design digital e gestão de sistema de informação. A análise foi feita à luz da Lei de Informática - Sr. Saleh Mamud Abu Hamdeh, representante (titular) das Empresas do Pólo Industrial de Manaus – PIM teve a impressão de que há incompatibilidade de pessoas relativamente aos equipamentos e à estrutura física de 30 m², pelo que respondeu a técnica Kátia que a situação é provisória.

Ao que parece – replicou o Sr. Saleh - o Instituto pretende se estruturar com os recursos que vai captar, estando apenas com uma idéia, mas nada de concreto. A técnica Kátia arguiu que é uma sala com 30 m² onde estão as oito estações de trabalho, contudo, está bem estruturada.

-Sr. Avílio disse que a Financiadora vem apostando em novas idéias, em novos empreendedores, no entanto, o relatório prescinde de esclarecimento se esse é um tipo de produto vendável, se vai gerar uma empresa, pois só assim se justifica apostar numa idéia nova, num grupo novo. Perguntou se o produto em questão é garantia de um novo empreendimento, se isso tem colocação no mercado, se a análise foi feita com esse foco, porque se o foi, e acrescentando a condicionante, é favorável à aposta. Foi enfático, no sentido de querer o mínimo de segurança, pois o título de mestrando é muito incipiente na área de informática.

Houve dissensão da parte do Sr. Adalberto. Para ele é muito difícil, pela formação que o técnico possui, de avaliar perspectiva de projeto de pesquisa que possa caracterizá-lo como um produto vendável e de sucesso mercadológico. Em sua opinião, a empresa está se propondo, caso seja credenciada, a exercer adequadamente sua oferta. Demais disso, o Instituto está propondo a utilizar contrapartida de empresas tanto da área de informática quanto de obrigações PPB. Assim, entende que a responsabilidade de investimentos nesses projetos é da empresa, a qual tem que avaliar o mercado e se o Instituto tem condições de responder a isso, de modo que, caso venha ter insucesso no projeto, a empresa é que vai ser glosada.

O Prof. Edleno Silva de Moura, representante (suplente) da Comunidade Científica esclareceu que, por ser da área de Ciências da Computação, foi consultado pela proponente, que é aluna do Mestrado de Informática, para saber se esses objetivos poderiam ser caracterizados como P&D na área de informática.

Disse que o projeto se caracteriza como P&D na área de educação e coaduna com linhas da UFAM, e expressou seu desconforto em credenciar institutos que começam sem nenhuma estrutura, mas infelizmente já é procedimento padrão dar esse credenciamento provisório, quando o instituto se propõe a fazer P&D, a exemplo dos Institutos Tarumã e André Nunes Coelho. Observou que esses credenciamentos são provisórios e que a responsabilidade de investimentos é da empresa, pois o credenciamento com suas condicionantes ficam públicos, e se o instituto cumprir com as condicionantes exigidas, o credenciamento é mantido.

Isto posto, sugeri oficial o IATECAM informando-o da necessidade de investimento em capacitação e contratação de pessoal qualificado com mestrado e doutorado.

A Sra. Valéria explicou que a instituição não é credenciada como provisória, e que o procedimento adotado é informá-la através de ofício que a mesma foi credenciada sob condicionante. Neste caso, num período de seis meses a Instituição é avaliada, tendo que se adequar às exigências. Passado esse período é feita nova visita e elaborado complemento do parecer, o qual é submetido ao CAPDA, visando manter ou não o credenciamento.

O Prof. Edleno disse que foi “voto vencido” à época em que se estabeleceu esse procedimento; entretanto, com a nova composição do CAPDA, há outra visão a respeito desses institutos. Sendo assim, sugeri que essa situação seja regulamentada, a fim de que a Secretaria Executiva faça seus pareceres com esse entendimento.

A Sra. Valéria concordou com o posicionamento, posto que a Secretaria se funda na legislação em vigor, e se tais atividades forem procedidas de forma diferente, certamente será questionado o porquê de o CAPDA ter sido desfavorável, uma vez que tal atividade é prevista e permitida. Desta forma, propôs um entendimento voltado à regulamentação dessas mudanças.

O Prof. Edleno, apesar de assentir com o credenciamento do IATECAM, é favorável às mudanças, sugerindo que o Comitê passe a credenciar somente institutos estruturados, uma vez que o momento atual requer mudanças.

Para o Sr. Saleh, o procedimento até então admitido não foi definitivo, portanto, é passível de mudanças, e enfocou uma questão pontual: o papel do CAPDA é apenas o de credenciar e deixar que o mercado se acomode com os acontecimentos, ou credencia com o mínimo de segurança para os aportes? Ou será que o seu papel é credenciar sob condicionantes, a exemplo da falta de estrutura? Qual seria o seu verdadeiro objetivo?

Asseverou a Secretária que o Comitê tem agido com firmeza, pois já foram descredenciadas duas instituições, por não estarem condizentes com a legislação; demais disso, ainda existem outras sob observação, até porque são feitas avaliações anuais para as instituições em consolidação, a cada dois anos para aquelas consolidadas, de modo que o CAPDA está dando um tratamento adequado a esses casos.

Para o Coordenador, se não for estabelecido patamar mínimo para esses credenciamentos, pode a idéia do Sr. Avílio ser distorcida, ou seja, as empresas só repassem recursos para institutos consolidados. Se a empresa vai ser a responsável pelo aporte de recursos em uma instituição que poderá vir a ser descredenciada daqui a seis meses, o empresário terá muito cuidado em investir num instituto novo. Portanto, é necessário um patamar mínimo para esses credenciamentos, para dar segurança às empresas que irão investir nessas instituições. Caso contrário, se o CAPDA credenciar um instituto novo, mesmo com alta capacidade instalada, ninguém vai querer aportar recursos com receio de glosa. Assim, acredita que se devam apoiar as idéias novas e buscar outras formas.

O Sr. Avílio não é contrário à Instituição, contudo, só não concorda com o argumento de que, porque houve aprovação desse tipo no passado, tenha que ser aprovado agora. Para ele, hoje o CAPDA

tem que ser muito mais exigente do que foi há cinco anos atrás. E concluiu que as mudanças devam ser acompanhadas, adaptando-se os critérios e as leis.

O Prof. Spartaco Astolfi Filho, representante (titular) da Comunidade Científica da Amazônia Ocidental propôs a aprovação do Parecer, mas que daqui por diante deva-se adotar um critério mínimo, para que os próximos pleitos sejam julgados dentro do novo contexto.

Disse o Sr. Saleh que as decisões tomadas no passado foram importantes, vez que os institutos estavam se consolidando, assim como se consolidando estava um novo segmento na Região, e que àquela época era importante a estimulação. No entanto, esta fase já passou, e as mudanças se fazem necessárias.

Já o Sr. Roberto Alves Bacelar Lavor, representante (suplente) do PIM vislumbrou a possibilidade de se estar inibindo uma potencialidade de se concretizar, não se tratando deste projeto propriamente dito, mas sim de todo um contexto, pois, “normalmente, uma instituição de porte nasce pequena, ou então vem sob o auspício de um governo, aportam-se recursos e ela já nasce grande”. Discorreu sobre a primeira incubadora tecnológica do Amazonas, localizada na UFAM, quando à época foram albergadas quatro empresas, cada uma ocupando 12 m² e o sucesso foi de 100%. Por esta razão, mesmo que os conceitos sejam revistos é preciso ter cuidado para “não sufocar a efervescência do conhecimento”.

O Sr. Saleh discordou da colocação “sufocar”, por acreditar que existem vários meios de uma grande idéia florescer, e necessariamente não vai por essa linha de recurso, pois existem outras fontes, de modo que essa equipe poderia se adaptar perfeitamente a uma outra estrutura. O Sr. Roberto Lavor retificou o termo, substituindo-o pela palavra “inibir”.

O Coordenador alertou sobre a importância de se chegar a uma proposta de encaminhamento.

A Sra. Valéria se disse favorável à proposta do Prof. Spartaco. Quanto aos critérios, é importante deixá-los formalmente definidos, haja vista a existência de uma Resolução de credenciamento que é pública, devendo nesta sessão ser decidido se estes critérios serão revistos, a fim de que na próxima reunião seja apresentada a proposta de reformulação.

O Sr. Adalberto Barbosa falou sobre o CATI, o qual tem em torno de 200 instituições credenciadas, ligadas somente à área de informática, e que hoje o procedimento utilizado por aquele Comitê é credenciar instituições consolidadas com projetos, corpo técnico e estrutura física adequados.

O Coordenador disse que essas colocações são bastante válidas para o contexto de Manaus, mas tem dúvida quando se expande para a Amazônia como um todo. Por fim, fez o encaminhamento no sentido de aprovar o credenciamento e na próxima reunião seja apresentada a reformulação dos critérios.

A Sra. Valéria reforçou que a proposta é aprovar o credenciamento, mediante a prefalada condicionante, ou seja, num prazo de seis meses o Instituto será avaliado.

O Sr. Avílio sugeriu que da conclusão do Parecer fosse retirado o trecho “*sem apresentar justificativa plausível*”, porque para ele, “boas desculpas são vistas em muitos projetos”. É uma empresa, é um investimento, é um risco que o dinheiro público está correndo, mas toda empresa privada tem que funcionar com um contrato, e se descumpri-lo, perde o credenciamento.

O Coordenador concordou, sugerindo a retirada do trecho, pelo que reforçou a Secretária que a providência será tomada. E o encaminhamento foi feito nesse sentido.

Aprovado por unanimidade (sob condicionantes).

3. RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO.

3.1. Departamento de Geociências do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal do Amazonas da UFAM – DEGEO/ICE/UFAM (Relatório de Avaliação de Desempenho nº 16/2007 – SAP/CGTEC/COART/COPOT).

Após leitura do resumo do referido relatório, no qual a equipe técnica sugeriu a manutenção do credenciamento, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

3.2. Centro Federal de Educação Tecnológica (Roraima) CEFET/RR (Relatório de Análise nº 15/2007-SAP/CGTEC/COART/COPOT).

Foi lido resumidamente o relatório em epígrafe. No entendimento da equipe técnica que fez a avaliação, a CEFET deve manter-se credenciada na condição de ainda estar em consolidação, o que requer a avaliação anual. Após a leitura, o Coordenador comentou acerca dos projetos de energia citados, os quais – disse – não são rigidamente projetos de energia. No entanto, em razão do que o CEFET representa, o seu credenciamento deverá ser mantido, apesar do seu quadro não ser um dos melhores. De um lado, assegurou que, mesmo se tratando do CEFET, este precisa ser desafiado; sendo preciso a Instituição vislumbrar que isso tem que ser uma conquista sua, mas por outro lado, admitiu que essas conquistas são muito difíceis nas condições atuais do Estado de Roraima.

Por conseguinte, a Secretária fez um breve comentário sobre a Instituição, destacando o seu grande potencial, e a sua importância para a atividade de ensino. E, considerando que a lei apóia essa atividade como P&D, disse que isso é o suficiente para sustentar o seu credenciamento.

Falou também da diferença existente entre as instituições de ensino e os centros de pesquisa, contudo, os critérios de credenciamento são iguais para ambos, e acarreta dificuldade no momento da análise. Por isso, é preciso se pensar em algo que é aplicável para uma instituição de ensino e pode ser aplicável para os centros de pesquisa, e ainda, o que é comum para ambos. Isto posto, perguntou ao Sr. Lavor qual a forma de dirigir os trabalhos para equalizar a situação.

Respondeu o Sr. Lavor que se o foco é a atividade de ensino, então que seja esse um projeto.

Perquiriu novamente a Sra. Valéria se isso seria colocado como exigência. Disse-lhe o Sr. Lavor que seria como sugestão, solicitando que ela apresente um projeto.

Acrescentou o Sr. Saleh que seria uma recomendação, a exemplo do que foi encaminhado ao ISAE, no sentido de a Instituição adequar o seu plano, saindo da pesquisa para o ensino, já que não houve pesquisa nem desenvolvimento.

O Sr. Avílio salientou que é preciso focar nas instituições públicas, em regiões estratégicas com grande carência de pessoal técnico. Neste caso, uma atuação pró-ativa do Comitê do CAPDA poderia informar a essas instituições as oportunidades de financiamento oferecidas e até atuar na orientação de preparação de projetos mais competitivos.

Em seguida, o Sr. Adalberto Barbosa falou sobre os CEFETs, os quais teve a oportunidade de conhecer e de avaliar: eles não têm recursos para investimentos, ficam paralisados mantendo uma estrutura, e querem resolver as questões de outra forma, a exemplo do aporte da Lei de Informática. Contudo, esses aportes são projetos por parte das empresas e não resolvem os seus problemas, por serem projetos controlados. Os projetos dos CEFETs são voltados para infra-estrutura, ensino e educação, por esse motivo é preciso pensar em outras formas de recursos, dada a importância desses Centros de Educação Tecnológica para cada Estado.

O Prof. Edleno sugeriu que o CEFET submeta seus projetos aos Editais, e falou da importância de apoiar a Instituição em Roraima, uma vez que é conhecida a realidade daquele Estado, e pelo fato de que os editais do CT-Amazônia em boa parte são voltados para essa realidade.

A Secretária informou que essa sugestão foi feita, por ocasião da visita técnica à Instituição, quando então foi constatado que a nova diretoria não conhecia o CAPDA nem tampouco as possibilidades de acessar os editais.

O Sr. Roberto Lavor sugeriu trazer à SUFRAMA o pessoal da UFAC, UNIR UFRR, e em um seminário mostrar todos os potenciais existentes, tais como fazer treinamento, forma de acessar os recursos, etc.

O Prof. José Aldemir tem a crença de que essa ação, em se tratando de uma instituição pública deva ser também uma ação pedagógica, e concordou com a proposta, mas focada naquilo que é inerente a eles, ou seja, o ensino técnico. Ressaltou que o professor que se envolve com inovação ou alguma pesquisa, o faz em prejuízo da atividade fim da Instituição. Deste modo, deve ser aprovado o que está sendo proposto, para que eles foquem na questão do ensino e se candidatem ao programa estruturante para equipar seus laboratórios na perspectiva de formação do ensino técnico, fundamental para Roraima, que é um Estado fronteiro, com problemas sérios de gestão de território e deve ser incentivado com qualquer ação na área de formação.

Para o Prof. Edleno, seria interessante que na alteração das normas fosse excluída a parte onde induz que uma instituição deste porte faça um plano de P&D, pois se sabe que não farão P&D e ainda assim, há essa exigência. O CEFET cita que tem 17 pesquisadores, no entanto, são 17 professores que não utilizam nem 5% do tempo para fazer pesquisa. Portanto, no próprio credenciamento que fosse retirada a exigência de que um CEFET tenha um plano de P&D, a não ser que realmente fossem fazer P&D.

No dizer do Sr. Roberto Lavor, “essa dicotomia está dentro da lei, porque enquadra essa ação como P&D, então o plano de P&D pode ser um plano de ensino”.

O Prof. Edleno falou da possibilidade de ser formada uma comissão para trabalhar na proposta e trazê-la na próxima reunião.

A Sra. Valéria disse que, a exemplo das outras comissões formadas anteriormente, esta deve ser formada pelos representantes locais, e após o trabalho concluído, que se dê conhecimento aos demais comitentes para que possam manifestar suas opiniões.

O Sr. Roberto Lavor encareceu manifestação dos Comitentes e do Coordenador quanto à sua sugestão de formular convite aos dirigentes dessas Instituições para participarem de uma ação pedagógica, onde se mostraria o potencial disponível. Respondeu o Coordenador que para essa ação deveria ter um edital aberto, pois só assim valeria a pena formular o convite.

Relativamente a este fato, o Sr. Avílio falou da sua experiência na EMBRAPA, dizendo que lá existe um grupo que faz a prospecção de oportunidades e que tenta fazer essa integração. A experiência foi boa, pois melhorou a elaboração dos projetos, a qualidade e a captação dos recursos das várias fontes. Para ele é muito válida a sugestão do Sr. Lavor, mas para ter um efeito positivo deve ser continuada, e a comissão deverá fazer a reformulação, assim como devem ser demonstradas essas oportunidades na página do CAPDA.

O Sr. Saleh sugeriu que devam ser criados forin na região onde os técnicos realizam visitas, a fim de dar conhecimento às entidades locais, de toda a prospecção sobre os mecanismos a serem utilizados, e quem sabe criar uma cartilha com essa finalidade.

A Sra. Valéria disse que essa sugestão já foi planejada, uma vez que a Suframa tem suas unidades descentralizadas na Amazônia Ocidental, e até já se chegou a treinar o pessoal dessas unidades, em decorrência da demanda das instituições para dirimirem dúvidas a respeito das ações do CAPDA. Trata-se, pois, de uma iniciativa que deve ser concretizada, de organizar um *workshop*, ou seminário e promover um encontro com as instituições locais, talvez com uma visita-casada FINEP/CNPq para participação conjunta desses encontros regionais. Ao ensejo, acentuou que a unidade responsável - a CGTEC - vem passando por uma série de acúmulo de trabalhos e até o momento não foi possível dar prosseguimento à iniciativa. Quanto ao site a ser incluído na página do CAPDA é intenção de que este ano se inclua a solicitação sobre projetos, oportunidades, bem como a forma de acessar os fundos. Isso é importante, mas para tanto, urge informações da FINEP e do CNPq.

A Sra. Helena Luna expôs a grande preocupação do CNPq quando é disponibilizado um edital onde consta que todas as instituições precisam ser credenciadas no CAPDA, então já é uma pré-seleção. Disse que a PROJU daquela entidade tem demonstrado essa preocupação, no sentido de divulgar o máximo porque é restrito o edital.

O Coordenador recomendou à Secretária que verificasse a possibilidade de trazer um calendário com datas marcadas para ocorrer os foros regionais. E perguntou se pode prosperar a proposta do

Sr. Lavor, no sentido de criar um calendário em Manaus, com as informações do site e depois para os outros Estados.

A Secretária não descartou a possibilidade de trazê-lo na próxima reunião, porém, salientou que este ano acontecerá a IV Feira Internacional da Amazônia, onde todas as unidades da Suframa estarão envolvidas, precisando conciliar muitas ações.

O Coordenador sugeriu que uma delas poderia ser na própria Feira, pelo que a Secretária informou que na Feira já existe uma proposta de divulgação do CAPDA e para conciliar com esses interesses, seria interessante que as pessoas ligadas a P&D na Amazônia se fizessem presentes ao evento. A outra proposta seria levar as informações aos demais Estados da Amazônia Ocidental com um calendário elaborado, ou traçar pelo menos expectativas para 2008.

O Sr. José Aldemir sugeriu, além de colocar as informações no site do CAPDA, que fosse criado um sistema de alerta, e que todas essas informações fossem enviadas para os e-mails dos dirigentes das instituições credenciadas. Respondeu a Secretária que o assunto será objeto de consulta ao pessoal da área de informática da SUFRAMA.

Feitas essas manifestações, o Coordenador considerou aprovado o Relatório do CEFET, contudo, deve ser encaminhada uma correspondência à Instituição evidenciando a questão da educação.

Aprovado por unanimidade (com recomendações).

3.3. Curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitário Luterano de Manaus (CEULM) Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (Relatório de Avaliação de Desempenho nº 017/207-CGTEC/COART/COPOT).

Foi proposta pela Secretaria do CAPDA, que o Relatório fosse retirado de pauta, tendo em vista as novas informações apresentadas pela ULBRA, pertinentes à avaliação do curso, cujo resultado será apresentado na próxima Reunião Ordinária do CAPDA.

Não houve manifestação dos comitentes, tendo sido considerado aprovado na forma proposta.

4. APRESENTAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FINEP E DO CNPq SOBRE OS EDITAIS DO CT-AMAZÔNIA E À SITUAÇÃO DOS RECURSOS NELES DISPONIBILIZADOS.

Primeiramente, a Sra. Helena Luna, representante do CNPq discorreu sobre os editais que o CNPq lançou nos anos 2005-2006, tratando-se dos Editais 27/2005, 32/2005, 06/2006 e 13/2006.

Os Editais 032/2005 e 006/2006 são destinados à fixação de recursos humanos qualificados na Amazônia. Já os Editais 027/2005 e 013/2006 são destinados ao apoio a grupos de pesquisa consolidados ou emergentes na Amazônia Ocidental.

Em 2005/2006 foram lançados dois editais de apoio à pesquisa e dois de fixação de recursos humanos na Amazônia. O de fixação de recursos humanos é um edital transversal que envolve outros fundos, por ex, o Edital 32 envolve o CT-Amazônia, CT Infro o CT-Aquaviário e o CT-Petro, cada um no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O Edital nº 27 é uma ação vertical, posto que só houve recursos do CT Amazônia.

Para o Edital 27, a disponibilização do recurso foi de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais); o edital nº 13/2006 (auxílio a pesquisa), no valor de R\$ 11.870.000,00 (onze milhões de reais, oitocentos e setenta reais). Para o Edital nº 32, o valor foi de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e o Edital nº 06/2006, no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Os recursos maiores foram para apoio à pesquisa.

Nos referidos editais, o número de propostas submetidas e aprovadas foram os seguintes:

- Edital nº 27/2005: 89 propostas, sendo aprovadas 44.
- Edital nº 13/2006: 92 propostas, sendo aprovadas 39
- Edital nº 32/2005: 113 propostas, sendo aprovadas 43;
- Edital nº 006/2006: 496 propostas, sendo aprovadas 42.

Observou a representante, que para apoio à pesquisa, a demanda bruta praticamente não variou. A surpresa está no edital de fixação de recursos humanos, em 2005, por conta das 113 propostas

submetidas com uma aprovação de 43. E em 2006, que das 496 propostas, foram aprovadas 42, ou seja, isso mostra que o instrumento está sendo adequado, no entanto, os recursos não estão sendo aumentados, no sentido de que tiveram praticamente o mesmo número de projetos aprovados.

No ano de 2006 não foram lançados editais.

Prosseguindo, falou do Edital CT-Amazônia 32/2005 (Fixação de Recursos Humanos na Amazônia), e na abordagem, mostrou os assuntos que foram aprovados: flora, conservação, sustentabilidade, com 19% das propostas; hidrologia 7%”, pesca, sustentabilidade e conservação 9%; energia 3%; biomassa 2%; uso econômico de recursos naturais e princípios ativos 13%; gestão, qualidade ambiental e informática 24%; e conservação sustentabilidade e fauna 23%.

Explicou sobre o Edital CT-Amazônia 27/2005 (Apoio a Grupos de Pesquisa Emergentes e Consolidados), mostrando o percentual de propostas aprovadas na temática gestão, qualidade ambiental e informática (32%); conservação, sustentabilidade e fauna (11%), flora, conservação, sustentabilidade (3%); energia (2%); biomassa (1%); saúde (15%); e uso econômico de recursos naturais (36%).

Falou do nº de propostas submetidas por unidade da federação nos Editais 032/2005 e 006/2006 destinados à fixação de recursos humanos qualificados na Região Amazônica. De igual forma, com os Editais 027/2005 e 013/2006 destinados ao apoio a grupos de pesquisa consolidados ou emergentes na Região Amazônica.

No tocante ao Edital 27, mostrou as modalidades e nº de bolsas aprovadas.

O Edital 13/2006 denota aumento maior na questão do mestrado, o que mostra que o emergente está crescendo com a demanda de bolsa de mestrado.

Apresentou o quadro “Previsão de repasse de recursos por Edital e Fundo Setorial” aludindo aos quatro editais, os fundos envolvidos e o que foi disponibilizado em 2005, 2006, 2007 e 2008, a saber:

-Edital 27/2005 (CT-Amazônia): em 2005, o valor previsto foi da ordem de R\$ 3.600.000,00 (três milhões, e seiscentos mil reais), mas foram liberados cerca de R\$ 2.388.000,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil reais); em 2006, a previsão foi de 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil), mas foram liberados cerca de R\$ 2.865.000,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil reais); em 2007, o valor previsto foi de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), mas foram liberados R\$ 957.000,00 (novecentos e cinquenta e sete mil reais). Em 2008 deverão ser compensados esses valores. Até o momento foram pagos R\$ 6.210.000,00 (seis milhões, duzentos e dez mil), quando já deveria ter sido pago muito mais, estando faltando R\$ 7.315.000,00 (sete milhões, trezentos e quinze mil reais) para concluir a finalização do edital.

-Edital 32/2005 (CT-Amazônia, CT-Petro, CT-Info, e CT-Aquaviário), o valor previsto para 2005 e para 2006 foi de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalizando R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Este edital foi lançado em 2005, começou a ser implementado em 2006, e está na fase final, tendo pago praticamente tudo, faltando em torno de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para pagar algumas bolsas. Trata-se de um edital de 24 meses, e seria interessante uma avaliação dos seus resultados, para poder dar continuidade a questão da fixação de recursos humanos na Amazônia.

-Edital 06/2006 (CT-Amazônia e CT-Petro), o valor previsto para 2006 e para 2007 foi de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), totalizando R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Neste edital, foram aprovados R\$ 4.702.000,00 (quatro milhões, setecentos e dois mil reais) para bolsas. Já foram pagos R\$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais).

-Edital 13/2006 (CT-Amazônia e CT-Energ), o valor previsto em 2006 foi de R\$ 5.936.000,00; em 2007, R\$ 3.936.000,00 e em 2008, R\$ 2.000.000,00, perfazendo um total de R\$ 11.872.000,00 (onze milhões oitocentos e setenta e dois mil reais). Neste edital, no ano de 2006 foram pagos R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais), quando na realidade, deveriam ser repassados R\$ 5.536.000,00 (cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil reais). Em 2007, deveriam ser pagos também R\$ 3.536.000,00 (três milhões quinhentos e trinta e seis mil reais), e mais o valor que deixou de ser pago. Ou seja, até agora foram pagos R\$ 3.920.000,00 (três milhões, novecentos e vinte mil

reais), tendo que levar em consideração R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) do CT Energ, que também aportou muito pouco. E concluiu, dizendo que faltam ainda R\$ 7.518.000,00 (sete milhões, quinhentos e dezoito mil reais) para esse edital, perfazendo um total de cerca de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo necessário o CAPDA repassá-los para concluir esses editais até 2009.

Após a apresentação, seguiram-se as manifestações dos comitentes. Foi perguntado se os recursos das ações transversais são misturados aos editais, pelo que respondeu a Sra. Helena Luna que não, a exemplo do edital 32, onde a previsão de repasse é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de cada fundo, o que é gerenciado na financeira do CNPq, sempre havendo a preocupação de separar as planilhas do CAPDA.

O representante (titular) da Comunidade Científica da Amazônia Ocidental, Prof. Spartaco Astolfi Filho expressou o respeito que sempre teve com o CNPq, no entanto, enfatizou que o resultado apresentado está contraditório com a própria eficiência da Entidade, pois pelos seus cálculos, não deveria ter faltado tanto dinheiro dos Fundos. Assim, solicitou maiores esclarecimentos sobre os recursos que não foram repassados ao CNPq, o que para ele, “de certa forma desmoralizou um pouco o CT-Amazônia”.

A representante do CNPq respondeu que, antes de se posicionar sobre o assunto, gostaria, primeiramente, de ouvir a FINEP.

Em seguida, pronunciou-se o representante (titular) da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Sr. Avílio Antônio Franco, salientando que é novo na Financiadora e que esta é sua primeira reunião no CAPDA. E iniciou a explanação, dando uma visão global das ações executadas nos anos 2004-2007, conforme segue:

Em 2004, o limite líquido para empenho na ação “Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica” foi no valor de R\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais).

O orçamento aprovado foi de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com um orçamento comprometido no valor de R\$ 9.953.270,99 (nove milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta reais e noventa e nove centavos, e um saldo de quarenta e seis mil, setecentos e vinte e nove reais e um centavo).

Os recursos recebidos foram de R\$ 4.737.390,00 (quatro milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e noventa reais), com um saldo final de R\$ 153.083,00 (cento e cinquenta e três mil e oitenta e três reais), com R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em restos a pagar.

No ano de 2004 foi feita a Chamada Pública CT-Amazônia MCT/FINEP nº 01/2004, cujo objetivo foi selecionar propostas para apoio financeiro à execução de projetos institucionais de implantação de infra-estrutura física para pesquisa e pós-graduação, visando exclusivamente à realização de obras e edificações nas Universidades, outras Instituições de Ensino Superior e Pesquisa e Instituições de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica sediadas na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), nas áreas de Biotecnologia, Microeletrônica, Software, Tecnologias Industriais Básicas e Energia. Visa proporcionar condições para a expansão e consolidação da pesquisa científica e tecnológica e de iniciativas de formação de pessoal em nível de mestrado e doutorado nessas instituições. Os recursos financeiros não reembolsáveis concedidos no âmbito desta Chamada totalizaram R\$ 9.723.382,00 (nove milhões, setecentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e dois reais), originários do Fundo Setorial CT-Amazônia e de Recursos Adicionais no valor de R\$ 4.575.392,85 (quatro milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais, e oitenta e cinco centavos).

Para ações transversais foram concedidos R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), totalizando o valor de R\$ 15.498.775,07 (quinze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e sete centavos).

Acresceu que em 2004 todos os projetos já foram pagos e que há predominância do Estado do Amazonas em todos os projetos aprovados. Daí realça a necessidade de uma reflexão no sentido de

tentar trazer para o sistema, as instituições dos Estados que ainda apresentam maior carência de recursos. Prosseguindo, demonstrou o orçamento e limites para empenhos no ano de 2005:

Na ação “Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica” o limite líquido para empenho foi de R\$ 19.197.737, 00 (dezenove milhões, cento e noventa e sete mil, setecentos e trinta e sete reais). Desses, a execução orçamentária tinha um orçamento aprovado de R\$ 20.642.728,00 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais), sendo comprometidos R\$ 20.556.898,00 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e oito reais). O saldo foi de R\$ 85.738,31 (oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos).

No ano de 2005, foi feita a Chamada Pública MCT/FINEP/CT-Amazônia Infra-Estrutura 01/2005, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro à execução de projetos institucionais de implantação de infra-estrutura física para pesquisa e pós-graduação, visando exclusivamente à realização de obras e edificações e aquisição de equipamentos em Universidades e outras Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Científica e/ou Tecnológica sediadas na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), nas áreas de Biotecnologia, Microeletrônica, Software, Tecnologias Industriais Básicas e Energia, visando proporcionar condições para a expansão e consolidação da pesquisa científica e tecnológica e de iniciativas de formação de pessoal em nível de mestrado e doutorado nessas instituições. No âmbito desta Chamada Pública, foram concedidos recursos não reembolsáveis no valor total de R\$10.000.000,00 originários do Fundo Setorial CT-Amazônia. Mais uma vez predominou o Estado do Amazonas.

No que tange à execução orçamentária de 2006 foram apresentados os seguintes dados:

O orçamento aprovado foi de R\$ 18.700.000,00 (dezoito milhões e setecentos mil reais), e o orçamento comprometido foi na ordem de R\$ 17.436.200,00 (dezessete milhões quatrocentos e trinta e seis mil e duzentos reais). O saldo foi de R\$ 1.263.800,00 (um milhão duzentos e sessenta e três mil e oitocentos reais).

Referente à execução financeira, o saldo inicial foi de R\$ 465.894,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais), enquanto que os recursos recebidos foram de R\$ 12.547.535,47 (doze milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e sete centavos) e o saldo final zerou. O pagamento inscrito em Restos foi de R\$ 5.774.653,18 (cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos).

Foi feita a Chamada Pública CT-AMAZÔNIA: MCT/FINEP 01/2006, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro à execução de projetos institucionais de implantação de infra-estrutura física para pesquisa e pós-graduação, visando exclusivamente à realização de obras e edificações e aquisição de equipamentos em Universidades e outras Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Científica e/ou Tecnológica sediadas na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), nas áreas de Biotecnologia, Microeletrônica, Software, Tecnologias Industriais Básicas e Energia, visando a proporcionar condições para a expansão e consolidação da pesquisa científica e tecnológica e de iniciativas de formação de pessoal em nível de mestrado e doutorado nessas instituições. No âmbito desta Chamada Pública, foram concedidos recursos não reembolsáveis no valor total de R\$ 14.676.326,00 originários do Fundo Setorial CT-Amazônia. E finalizou, apresentando o orçamento e limites para empenhos no ano de 2007:

Na ação “Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica”, o limite líquido para Empenho foi de R\$ 13.354,187 (treze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta e sete reais); os investimentos foram de R\$ 5.528,346 (cinco milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais).

O orçamento aprovado foi de R\$ 14.359.341,00 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e quarenta e um reais), e o orçamento comprometido foi de R\$ 513.925,33 (quinhentos e treze mil novecentos e vinte e cinco reais, e trinta e três centavos).

Na vez, falou o prof. Spartaco que, pelo que viu da apresentação, a impressão é de que com a FINEP não tem havido problemas, a não ser de ordem burocrática. Com o CNPq é diferente, pois não tem recebido recursos, embora estejam comprometidos recursos na Finep. Com isso, a execução do CNPq

fica comprometida. Ao que parece, em termos de comprometimento, as coisas estão mais ou menos “parelhas”, mas a questão é: como fazer para repassar os recursos necessários para saldar os projetos do CNPq?

Respondeu o Sr. Avílio que houve uma demanda do Dr. José Roberto Drugowich de Felício para que a FINEP fizesse algum adiantamento ao CNPq. O assunto está sendo tratado junto a Financiadora, no sentido de pegar de outro recurso e fazer o levantamento para solucionar o problema.

O Sr. Saleh suscitou dúvida com relação aos financiamentos concedidos em 2005, uma vez que aparece na ação vertical um projeto de encomenda de R\$ 1.344.000,000 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil reais), pois ao que se lembra a encomenda foi adotada em 2007.

A explicação dada pela Sra. Valéria consistiu em que houve uma sobra de recurso, e que não havia mais tempo para abertura de edital, sendo certo que, para não perdê-lo foi sugerido em reunião do CAPDA que fosse feita encomenda, sendo uma para o CT-PIM e outra para o CBA.

Também suscitaram dúvidas as prestações de contas dos projetos, já que em reuniões anteriores foram levantadas questões sobre instituições que receberam recurso, mas que não prestaram contas, e que alguns recursos estariam ainda correndo risco de não serem liberados.

O representante da FINEP informou que existem situações de projetos aprovados em 2004 e 2005 que não foram executados, e que em outros casos trata-se de burocracia da FINEP. Contudo, há um compromisso de que até o final deste mês, não tenha nenhum projeto sem definição.

O Sr. Saleh propôs à FINEP que informe quais os recursos disponibilizados e que não foram aplicados, uma vez que os recursos são liberados para projetos específicos e deve haver avaliação dos seus resultados. Ao CNPq propôs detalhar os recursos do CT Amazônia, demonstrando os transversais, de forma a se ter noção onde o recurso é necessariamente aplicado, quantos das ações verticais foram para a região e quantos das ações transversais foram qualificados tanto para o Estado do Amazonas como para a Região Norte.

O Sr. Avílio informou que na tabela apresentada foram colocados todos os projetos não executados e que falta liberar algumas parcelas. Se houver decisão do CAPDA de querer levantamento de todos os projetos que não foram executados, é possível mandar a informação.

A representante do CNPq falou que a questão da transversalidade se trata mais dos editais de fixação de recursos humanos na Amazônia. É o caso do edital nº. 32 que trata dos quatro Fundos, onde houve a preocupação de colocar de acordo com as especificações do CAPDA e do edital nº. 06, onde o CT-Petro teve um volume de recurso muito maior do que o do CT Amazônia.

O Sr. Saleh disse que no resultado da apresentação não ficou muito claro porque os recursos ficaram misturados, por isso é preciso separar as transversais das verticais para se ter uma idéia.

O Prof. Edleno perguntou ao Sr. Avílio se o recurso que foi solicitado para ser transferido ao CNPq é de 2007 ou de 2008, pois é do seu entendimento que não faltava dinheiro para o CNPq, basta observar o que foi liberado e repassado à FINEP que os números conferem. Para ele, nada de 2008 deve ser comprometido com pagamento de restos que sobraram de editais lançados anteriormente. E reforçou, com base na apresentação, que os R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) já chegaram à FINEP, daí não haver necessidade de recurso de 2008 ou de qualquer ano posterior para cobrir o valor que não foi repassado ao CNPq. Demais disso, o CAPDA teve a responsabilidade de não se comprometer além dos recursos que possuía, no entanto, houve a frustração de ver que até hoje não há solução, já que os quinze milhões ainda não apareceram. Disse que há inconsistência de informações, e perguntou se há encaminhamento no sentido de esclarecer os fatos.

O Coordenador agradeceu aos expositores, e, em seguida, reportou-se às questões levantadas pelo Sr. Saleh, complementadas pelo prof. Edleno. Ditas questões carregam a 21ª R.O. do Comitê, quando foi ventilada a intenção de ir à FINEP tratar do assunto, e que isso foi levado ao Ministério, mas coincidiu com a saída do Ministro, e também com a designação do novo Secretário, ocasião em que a Coordenação do CAPDA estava ainda sendo discutida. Deste modo, a orientação foi de ir à FINEP e ao CNPq, mas na companhia do novo titular. Enfatizou que as questões ora suscitadas constem da

próxima reunião do CAPDA (proposta para o mês de março), e que os representantes da FINEP e do CNPq deverão estar munidos das respostas, visando ao prosseguimento da matéria.

Novamente com a palavra, o Sr. Saleh comentou que esteve na FINEP há uns três meses, onde levantou a questão dos desencontros de contas, e na ocasião, sentiu-se mais tranqüilo quando foi informado de que se tratava de um simples acerto de contas entre FINEP/CNPq.

Perguntado pelo Prof. Edleno se a solução que está sendo cogitada é um adiantamento de recursos, envolvendo 2008, o Sr. Avílio esclareceu que a FINEP está trabalhando com orçamento anual, sendo possível tratar-se de um adiantamento para cobrir acerto de contas. E que de maneira alguma está trazendo a informação de que o CAPDA está inadimplente. Prometeu fazer um levantamento dos projetos em relação aos recursos e o repassará à Secretaria do CAPDA.

Na seqüência, o Coordenador passou ao item 5:

5. DISCUSSÃO SOBRE OS RECURSOS PREVISTOS NO ORÇAMENTO 2008 PARA O FNDCT/CT-AMAZÔNIA E A SUA UTILIZAÇÃO NESTE EXERCÍCIO (ENCAMINHAMENTO DO ASSUNTO).

A Secretária esclareceu que neste item seria tratada a disponibilidade de recursos em 2008, entretanto, após as apresentações feitas pela FINEP e pelo CNPq, percebeu-se que sequer houve a expectativa do que se teria disponível em 2008 para trabalhar as ações. Diante desse quadro, manifestou seu entendimento de que a mencionada discussão seja transferida para a próxima reunião do Comitê.

E remeteu ao item 8, que trata das duas propostas de calendário de reuniões: uma logo no final de março, não obedecendo aos dois meses, haja vista a necessidade de se definir o mais rápido possível a utilização dos recursos do CT Amazônia em 2008, provavelmente após passar pelas visitas à FINEP e ao CNPq para deslindar a questão. A outra proposta de calendário é seguir o espaço de dois meses entre as reuniões, conforme previsto no Regimento Interno do CAPDA.

Esclareceu, ainda, que pelo que foi comunicado ao CAPDA, o orçamento do Fundo previsto para 2008 é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e que até então se tem trabalhado dois programas estruturantes: um de infra-estrutura para pós-graduação e pesquisa – Pro-Infra, cujos editais têm sido operacionalizados pela FINEP e o outro, de Formação e Consolidação de Grupo de Pesquisa – PROGP, operacionalizado pelo CNPq, sendo imprescindível decidir sobre a continuação desses programas destinando recursos, e se será trabalhada alguma ação nova. Lembrou a Secretária que este assunto já foi discutido no Comitê, e a opinião de todos foi manter os dois programas.

O Coordenador sugeriu deixar o assunto para o mês de março.

O Sr. Saleh propõe a encomenda, pois para ele, está na hora de o CAPDA avaliar projetos específicos e encomendá-los.

O Sr. Avílio destacou uma área que, com ou sem avaliação, deve prosseguir - que é a formação de recursos humanos, devendo-se restringir um pouco os recursos da área de infra-estrutura, e focar no atendimento de algumas ações que sejam eleitas como importantes para a Região. A parte de alimentos também deve ser pensada, posto que está muito perto de ganhar mercado e precisa de apoio. Assim, alguns temas deveriam ser pensados para fazer um ensaio a fim de observar, dentro um contexto geral, o que dará mais impacto.

O Prof. Edleno suscitou dúvida quanto ao orçamento de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), se este valor é conjunto para o Pro-Ti. Esclareceu a Secretária que é separado, pois pela determinação que existe para todos os Fundos Setoriais, eles têm que aportar recursos em ações transversais. O CT Amazônia está aportando 20% dos seus recursos em ações transversais, os demais, obrigatoriamente, colocam 50% dos seus recursos em ações transversais.

A Secretária explicou que a lei de informática não é restrita à tecnologia da informação, sendo permitido todas as áreas do conhecimento, desde que sejam pesquisa e desenvolvimento.

Complementou o Prof. Edleno que foi decidido manter os 20%, como um percentual inferior, e com os outros 80% são feitas as ações transversais, por ser uma característica do Fundo.

O Prof. José Aldemir apontou duas situações para se trabalhar em 2008: 1ª) determinação dos recursos de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e 2ª) uma análise mais aprofundada dos resultados desses financiamentos. Por exemplo, na área de fixação de recursos humanos foi colocado pela representação do CNPq que alguns projetos nem puderam ser executados, em face da dificuldade de liberar os recursos a tempo, o que inviabilizou a proposta. Daí a necessidade de se saber o que foi efetivamente fixado de recurso, e para isso, urge uma ação mais rigorosa. E aí entra uma questão que obviamente depende da legislação que a norteia: por que não se faz parcerias com os Governos dos Estados onde é possível? Por conseguinte, propôs uma avaliação objetiva do que já foi feito em infra-estrutura, uma vez que os editais anteriores focavam em biotecnologia, software, microeletrônica, tecnologia de indústrias básicas, energia, etc. É importante avaliar as áreas essenciais, para não se lançar edital de infra-estrutura em determinadas áreas que não são mais necessárias. Por fim, a questão da possibilidade principalmente da formação de recursos humanos, de fazer uma interação com o Governo do Estado onde for possível.

Quanto às várias áreas do conhecimento, sugeriu colocar um percentual pequeno para as humanidades, embora não fosse gerado, no final, um produto, pois não se compreende a Amazônia prescindindo de antropologia, de lingüística, de geografia, de história, etc.

O Prof. Spartaco destacou a importância de se fazer uma avaliação para poder decidir com propriedade o próximo passo. Concordou com a colocação do Prof. José Aldemir, mas para isso, teria que ser criado um outro programa prioritário na área de Humanas. Para ele, talvez seja necessário repartir o recurso em três partes: a parte do CT-Infra estudaria onde se aplicar. No apoio a grupo de pesquisa, talvez um edital híbrido que estimulasse a pesquisa, por exemplo, na área de cosméticos e fitoterápicos. De igual modo, na área de incubação de empresas, junto com o Estado, e também na formação de recursos humanos.

Quanto à questão abordada pelo Prof. Spartaco, esclareceu a Secretária que, ao definir os sete Programas Prioritários, entendeu o Comitê que as áreas em que os mesmos estão contemplados seriam as áreas consideradas prioritárias, então os editais em que aportou recursos se voltaram para essas áreas.

A Sra. Helena Luna informou que não há temática especificada para os editais de fixação de recursos humanos.

O Prof. Edleno lembrou que à época, defendeu a idéia de que os editais não fossem necessariamente amarrados às áreas prioritárias, pela carência de recurso da região, mas naquele momento, aceitou o argumento de que havia prioridades definidas. Presentemente, os editais deverão ser lançados sem essas amarras. É partidário da opinião de que não é o caso lançar edital de infra-estrutura sem avaliar seus resultados. E assim, sugeriu que pelo menos parte dos recursos, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) sejam alocados para lançar edital o mais rápido possível na parte dos Programas Estruturantes, seguindo a sugestão do prof. José Aldemir, de não ter vínculo com os programas prioritários.

No que se refere à questão da incubação, disse o Sr. Lavor que hoje já existe uma produção científica tecnológica que precisa ser repassada ao setor produtivo, e nada melhor do que a questão das incubadoras, principalmente, que essas incubadoras estivessem dentro das instituições (Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Federal), pela questão física muito própria.

O Sr. Lavor apontou como segmentos interessantes, os alimentos e os fármacos.

Outro ponto foi levantado pelo Sr. Avílio: os recursos hídricos, na sua acepção mais ampla, como a venda de água, produção de pescado de corte e pesca esportiva, pois, do ponto de vista do impacto global, disse não conhecer nenhum estudo sobre a potencialidade de recursos hídricos na Amazônia.

O Sr. Saleh sugeriu que para o recurso de 2008 seja feita uma divisão obedecendo a critérios, e que uma parte seja destinada à infra-estrutura, mas condicionada a uma avaliação, mediante prestação de contas, porque ainda constam projetos de 2005 com 50% de saldo. E no futuro, fosse usado nos projetos de encomenda que poderiam ser selecionados. A outra parte ficaria com os recursos humanos, de extrema importância, e poderia abrir para selecionar projetos específicos que pudessem elegê-los para utilizar parte do recurso na modalidade de encomenda. Se for concluído que não deverá

aportar na infra-estrutura já teria um banco de projetos por encomenda, que poderiam receber esses recursos.

Referindo-se aos recursos hídricos, disse a Sra. Helena Luna que o CT-Hidro é bastante sensível às questões da Amazônia, até porque na Coordenação Geral são executados os projetos do CT-Hidro. É de seu entendimento que uma parceria do CT-Hidro e do CT-Amazônia seria muito interessante, porque seria feito um só edital, o que tornaria mais fácil de gerir.

O Sr. Avílio falou que é possível definir os temas e fazer os editais, dando o contorno que preferir. Para ele, isso é o mais adequado. Avaliação de projetos não é tarefa fácil de fazer porque necessita de uma infra-estrutura enorme.

O Sr. Saleh citou o projeto marca passo digital como sendo projeto para receber aporte de recursos por encomenda. Com isso, a Secretária lembrou que na reunião em que o projeto marca passo foi aprovado como encomenda ficou também certo que se definiriam critérios para essa modalidade, evitando-se, desta forma, a demanda absurda de projetos, sem que haja condição de analisá-los, mesmo porque requer pessoal com conhecimentos específicos nas determinadas áreas contempladas. Assim, se posicionou favorável à encomenda, contudo, deve haver definição do que se quer encomendar.

A propósito, o Sr. Avílio exemplificou um edital da subvenção lançado no final do ano passado, com 2.600 propostas e que toda FINEP parou para fazer a avaliação, com um corpo técnico especializado em analisar projetos. Para ele, alguns temas podem ser importantes para se fazer encomenda direta ou em forma de carta-consulta. Acrescentou que é perigoso criar banca de apresentação de projetos, pois é necessário haver infra-estrutura de avaliação, e tem que responder ao Tribunal de Contas da União e à Auditoria.

O representante (suplente) do Governo do Estado do Amazonas, Sr. Edson Barcelos disse que FINEP, CNPq e FAPEAM têm essa estrutura. Em seguida, discorreu sobre a situação dos cosméticos, onde surgirá grande surpresa se daqui a dois ou três anos tiver algumas indústrias instaladas e faltar matéria-prima. Não se pode pensar em ter fármacos produzindo eternamente a partir do extrativismo se não partir para o cultivo e o cosmético. Hoje o Estado financiou a instalação de uma capacidade para produzir 660 toneladas de óleos extrativos, a exemplo da andiroba e copaíba. Em 2006 foram produzidas 28 toneladas, enquanto que em 2007, apenas 18 toneladas, porque as 28 produzidas não tinham qualidade nem mercado. Enfatizou que daqui a alguns dias as empresas estarão demandando cosméticos e o Estado tentando importá-los de outra região por falta de sistema de produção e de tecnologia. Sugeriu um direcionamento no sentido de resolver esse impasse, pois seria uma excelente maneira de interiorizar desenvolvimento, já que isso é feito na zona rural.

No dizer do Sr. Lavor isso procede, e significa repetir a falha que a Zona Franca cometeu no passado, com relação à eletrônica, pois não havia nenhum curso voltado a essa área, apesar de ter iniciado com o pólo de eletrônica. Até hoje, após 40 anos, essa demanda ainda é maior que a oferta. Assim, sugeriu que fosse feito um rápido estudo a fim de se identificar a cadeia efetiva para esse direcionamento ser o mais eficiente possível.

O Sr. Edson Barcelos explanou sobre a piscicultura, a qual vem crescendo no Estado. Uma das espécies de grande potencial se chama matrinxã e um dos gargalos do processo é alevino de matrinxã, faltando pouco para transformar isso em economia de escala, pois tem potencial, faltando amadurecer esse processo para poder ficar mais tranquilo em Manaus.

A representante (suplente) do Banco da Amazônia S/A – BASA, Sra. Rosângela Maria Queiroz da Costa falou da experiência do Banco com encomendas. Disse que todo o programa de pesquisa do Banco é voltado para encomenda ou para atender as parcerias com o Ministério do Desenvolvimento em algumas pesquisas que foram agraciadas, no caso, com o prêmio Samuel Benchimol que destina o recurso para determinada pesquisa. O Banco precisava dar resposta, por ex., na área de reflorestamento. Então, encomendou pesquisas que dessem resposta do ponto de vista do sistema de produção, para se financiar atividade madeireira. Quando abriu o edital, vieram vários projetos, sendo preciso limitá-los. Em muitos dos convênios, somente a EMBRAPA apresentou condições, e no último ano a parceria foi somente com ela. Nos contratos de pesquisa, o Banco exigia a criação de um comitê

ad hoc formado por determinado percentual da própria instituição que está contratando, e um percentual de pesquisa e cientistas de outras instituições, para emitir parecer específico sobre o assunto, pois o Banco não tem pessoal técnico com capacidade de avaliar, então no Relatório do Comitê é que iria dar o direcionamento técnico sobre a viabilidade de apoiar ou não o projeto.

A Secretária disse que o CAPDA pode encomendar estudos, porque isto está previsto na legislação, inclusive no decreto da lei de informática, e de acordo com a necessidade seria feita essa solicitação.

Visando encaminhar a proposta, a Secretária reprisou aquela feita pelo Prof. Edleno: uma parte dos recursos, por volta dos R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) que se mantenha num programa estruturante, ou seja, aquele que já existe voltado para formação e consolidação de grupo de pesquisa, e os outros R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) seriam trabalhados de outra forma.

Para o Prof. Edleno é preciso entender o processo de encomenda, o qual se funda na encomenda de projetos de interesse para a região, pois percebe que está havendo distorção do conceito de encomenda. Se for preciso resolver o problema dos alevinos, por exemplo, então se recomenda um projeto sobre alevinos, diferentemente de alguém que está trabalhando com alevinos, quer financiar o projeto e vem encomendar dinheiro ao CAPDA. Para ele isso é perigoso, porque está se trabalhando com dinheiro público. Veio à baila o projeto marca passo, como não sendo de encomenda, porquanto o que ocorreu foi uma solicitação de recurso direto, e sendo assim - disse - "temos que virar agência de fomento".

O Prof. José Aldemir perguntou à Secretária como operacionalizar essas mudanças. Foi-lhe respondido que depende de uma série de informações sobre os valores e que isso não é domínio da Secretaria do CAPDA. Como se tratam de recursos do Tesouro, o que está previsto no orçamento são os R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Disse que no ano passado houve uma situação de déficit de recursos do CT-Amazônia, em que a decisão do CAPDA foi não trabalhar novos editais para poder regularizar a situação. E segundo o próprio representante da FINEP e o Sr. Saleh, que esteve naquela Financiadora, o CT-Amazônia não está mais devendo nada, o problema é a distribuição entre os projetos que já foram contemplados.

Assim, há R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para trabalhar, e os programas são aqueles estruturantes aprovados anteriormente, em que os recursos vinham sendo aportados. De modo que urge definir os recursos de 2008, que por ser ano de eleição, há limitações de prazo, não havendo muito tempo para lançamento de editais. Cabe nesta reunião definir se serão mantidos os programas estruturantes, ou a proposta de trazer novas ações para serem trabalhadas a partir de 2008. Por oportuno, informou que a questão de avaliar resultado dos projetos que receberam recursos via edital não é tarefa da secretaria, nem esta tem condições de fazer esse tipo de avaliação, tratando-se de uma incumbência das agências (CNPq e FINEP) este acompanhamento.

O Sr. Saleh sugeriu que fosse identificada a questão dos critérios a serem definidos. Se biocsméticos forem interessantes, então que se encomende à FINEP, por exemplo, que faça a encomenda através de carta convite ou de edital.

Houve manifestação do Sr. Niro Higuchi: quando se fala em avaliar, não significa analisar o projeto, mas a competência aqui instalada. Hipoteticamente, há um grupo de pesquisa de instituição que é emergente, então se aprova infra-estrutura para essa área, porque inexistente competência instalada. Quanto ao cronograma de 28 de março, para ele é perfeitamente factível sair daqui uma comissão, não para fazer uma análise se o projeto é bom ou ruim, etc, mas fazer um quadro do que foi financiado em todas as áreas e na data aprazada propor efetivamente os recursos nas diferentes linhas e aprová-las.

O Sr. Avílio disse não ter dúvida de que uma parte do recurso deve ser para formação de recursos humanos, e que isto poderia ser definido nesta reunião. O CNPq começaria a trabalhar nesse sentido. No tocante à infra-estrutura, esta precisa de uma avaliação prévia, e a grande decisão desta sessão seria em torno do quantitativo, porque para ele, não são os R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mas sim, no máximo, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Destes, cabe decidir o que aplicaria em recursos humanos, o que reservaria para infra-estrutura e parte desse recurso seria para encomendas, carta-convite ou editais, ou seja, para financiar pesquisa.

O Sr. Spartaco perguntou se existe algum empecilho de se abrir edital para grupo de pesquisa que também envolva infra-estrutura, e se é possível unir esses dois segmentos; talvez uma parte pudesse ser tema livre e outra parte fosse focada nas necessidades identificadas. Seria um edital de apoio a grupo de pesquisa que permita inserir certo percentual em infra-estrutura.

A Secretária perguntou se será aceita a proposta, unindo infra-estrutura com recursos humanos, e quais as áreas prioritárias que serão definidas? No seu dizer, 50% de edital ficam para o geral e 50% para as áreas selecionadas. A minuta será formatada e submetida por e-mail aos comitentes, para entenderem qual é a proposta e trabalhar com o CNPq para fechá-lo. Se todos estiverem assentes, já poderia dar o encaminhamento para que o CNPq o publique.

A sugestão do Sr. Avílio consistiu em que o CNPq fizesse tema livre, em que contemplasse pesquisa e infra-estrutura, e que o início fosse imediato, ficando como “dever de casa” os temas a serem focados.

O Sr. Spartaco sugeriu que R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) fossem destinados a recursos humanos, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) para temas livre e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), para assuntos que serão focados de acordo com os interesses da Amazônia Ocidental.

A Sra. Valéria perguntou ao Sr. Avílio como será trabalhada a ação transversal, se já estão definidos R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) em ações verticais do Fundo.

O Sr. Avílio falou da idéia de junção, apontando uma questão fundamental: o edital é para Amazônia Ocidental, e as ações do Governo do Estado, pela FAPEAM, legalmente é circunscrita ao Estado do Amazonas. Havendo possibilidade dessa parceria, por ex., para cosméticos, o governo do Estado já tem orçado R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para 2008, se tira prioridade disso, e o trabalho que se tem feito com o governo federal é de 2 para 1, em todas as ações o governo federal entra com 2 e o Estado com 1, ou seja, para cosmético, já teria R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para começar a pensar. Se tiver como prioridade saúde, com foco na malária, tem R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil) separados, sendo possível fazer uma parceria, são dois temas fundamentais, e o terceiro, é o de alevinos de matrinxã. Resta saber a forma de fazer essa engenharia jurídica no sentido de que os recursos só podem ser aplicados no Estado do Amazonas.

O Sr. Lavor sugeriu juntar uma instituição referência local, conveniada com as outras que estivessem interessadas, de outros Estados, como se fosse uma rede.

O Sr. Spartaco lembrou que o CNPq já fez um trabalho dessa maneira, para separar o valor que tinha que ser aplicado na Amazônia Ocidental daquele que podia ser aplicado no Pará.

A Sra. Helena Luna relatou que não é difícil essa operacionalização, pois já foi feito também com o PPG 7 e com o São Francisco, ou seja, todo o pessoal que trabalha nos Estados atravessados pelo rio, tendo intercâmbio com instituições de outros Estados.

Para o Sr. Avílio, o recurso vai ser aplicado no Estado do Amazonas, mas a tecnologia e o resultado da pesquisa não se restringiriam aqui, poderiam ser aplicados em outras regiões.

Lembra o Sr. Saleh que nesses editais universais e em outros editais do CNPq e da FINEP há ressalvas, porque um percentual “x” vai para região Norte, região Nordeste, podendo ser feita uma conta redonda. Ex.: se o edital é de 10 milhões, o edital coloca dois milhões, deve ficar claro que este valor tem que ficar no Estado do Amazonas, ou seja, definir quantos por cento do edital tem que ficar no Estado do Amazonas.

Foi cogitado também que o melhor seria avaliar quais os projetos que o Governo do Estado poderia estar aportando para fazer parceria.

O Coordenador mostrou sua preocupação com o assunto, sugerindo um pouco mais de reflexão, porque um edital em que se privilegia um Estado que já é desenvolvido na Região, e pela parceria, pela robustez que tem a FAPEAM, será difícil, porque não sabe como construir isso. Para ele, seria excelente se existissem Fundações de Amparo à Pesquisa em todos os Estados, mas não existem, salvo no Pará e no Amazonas. Então, como fazer um edital em que esse tipo de parceria a própria FAPEAM pudesse financiar nos demais Estados, isso pode tornar vulnerável a própria FAPEAM no futuro, porque começa a assumir um papel de agência regional.

Expressou o Coordenador que há muito tempo não assistia uma reunião do CAPDA tão revitalizada, pois houve a contribuição de todos.

Disse o Prof. Edleno que nos editais podem ser usados recursos de vários anos. E apresentou a seguinte proposta: lançar editais de grupos novamente com projetos de até quatro anos de duração e use R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de cada ano, a partir de 2009. Ficariam R\$ 11.000.000,00 (onze milhões) para o edital, abertos a qualquer área: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) do recurso de 2008, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) de 2009; R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) de 2010; e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) de 2011. Já o de formação de recursos humanos, que sejam de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões), sendo R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) este ano e R\$ 1.000.000,00 (um milhão) no ano que vem. Um edital de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões) para grupo de pesquisa, sem amarras com áreas, no estilo dos editais do CNPq, onde R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) são para 2008 e os R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) restantes são divididos nos três anos seguintes, e um edital para formação de recursos humanos, de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões), onde R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) para 2008 e R\$ 1.000.000,00 (um milhão) para 2009. Isso deixa uma margem boa para trabalhar nos próximos anos com novas idéias que vão ser discutidas. Por derradeiro, propôs o lançamento imediato dos editais.

A Sra. Valéria perguntou se é caso de o Comitê fazer uma avaliação para decidir mais adiante.

O Coordenador asseverou que a avaliação sugerida pelo prof. José Aldemir e reforçada pelo prof. Spartaco, é uma avaliação política estratégica.

Explicou a Secretária que a proposta trabalhada é aquela feita pelo Sr. Spartaco, complementada pelo Prof. Edleno: os R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões), sendo R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) para o edital de grupo de pesquisa. No tocante ao tema livre, seria para projetos de pesquisa, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões), sendo R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) de 2008 e R\$ 1.000.000,00 (um milhão) de 2009. Já o dever de casa seria definir as áreas ou projetos para apoio via encomenda. Dependendo que se queira encomendar, pode ser FINEP ou CNPq, a ser decidido na próxima reunião.

Prosseguindo, a Secretária esclareceu que sempre se trabalhou com subgrupo, envolvendo todos os representantes locais (Comunidade Empresarial, Científica, SUFRAMA e Governo do Estado do Amazonas).

Com a palavra, o Coordenador referiu-se aos itens finais da pauta, tratando-se de simples encaminhamento para avaliação na próxima reunião. São eles:

6. RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS (PP) – ENCAMINHAMENTO.

- 6.1. PP Tecnologias Industriais Básicas (TIB);
- 6.2. PP Programa de Desenvolvimento Energético Amazônico (PRODEAM);
- 6.3. PP Rede Estadual para o Desenvolvimento de Bioindústrias na Amazônia (REPAM).
- 6.4. PP Programa para Desenvolvimento de Bioindústrias na Amazônia (PRODEBIO).

Ditos Programas foram aprovados em 2004, em número de sete. Destes, só quatro constam na pauta, os outros três (Amazonsoft, Micro Eletrônica e Microssistemas e TV- Digital Interativa) a previsão é trazê-los na próxima reunião.

Este ano, a equipe da Secretaria do CAPDA tem a intenção de promover uma reformulação nos comentados programas, porque há muito tempo foram aprovados e alguns já estão com o escopo bastante defasado, a exemplo da TV Digital Interativa.

7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CAPDA/ANO 2007 – ENCAMINHAMENTO.

Será discutido em reunião vindoura.

8. PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS EM 2008.

Tema já tratado no item 5. Refere-se ao calendário das reuniões, com duas propostas: uma com reunião já em março, não obedecendo aos dois meses, pelos motivos já expostos, e outra é obedecendo aos dois meses.

Retomando aos editais, o Prof. Edleno observou que as propostas aprovadas foram àquelas colocadas e encaminhadas, embora ainda tenha o dever de casa para a próxima reunião.

O Coordenador discorreu sobre algumas iniciativas que estavam sendo distribuídas na reunião, dentre elas o prêmio Samuel Benchimol, dizendo que o edital está em aberto. São idéias para o desenvolvimento da Amazônia e solicitou a sua divulgação nas suas respectivas instituições. Falou também de outro prêmio que está em aberto relacionado àquelas entidades que realizam educação empresarial do ponto de vista de emprego, capacitação, ou a universidade que melhor atende o setor empresarial. Por derradeiro, destacou o Congresso Mundial de Engenharia que vai ocorrer em Brasília, cujos trabalhos estão em aberto, apoiados pelo Ministério.

Por sua vez, a Sra. Rosângela falou sobre a Revista “Amazônia Ciência e Desenvolvimento” que o BASA está editando, passando a ser indexada a partir do 5º número, havendo no site um comitê editorial para envio de artigos.

O Sr. Lavor falou da questão do desbloqueio dos recursos de P&D contingenciados, encarecendo um pronunciamento a respeito. O Coordenador disse que o tema já foi decidido na reunião, sendo certo que a Secretária vai agendar com as entidades parceiras, e articular o grupo que visitará a Finep e o CNPq para tratar do tema. Do ponto de vista político – disse – buscará no Ministério essa parceria.

A Sra. Valéria informou que a questão promovida pelo Sr. Lavor é referente ao recurso que não foi disponibilizado, em torno de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões), e no início do CT Amazônia (1º ano) os valores não chegaram a ser orçados. Depois, o Fundo sofreu um contingenciamento de dois anos e o que se pretende é resgatar esses recursos do que foi contingenciado e o que não foi orçado no 1º ano. Já foi informado diversas vezes que se trata de uma questão política, a própria SUFRAMA fez algumas gestões tanto no Ministério quanto com políticos no sentido de resgatar esses recursos, o que infelizmente ainda não foi resolvido.

O Sr. José Rincon agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião. E eu, Ana Maria Holanda Farias Sales, Técnica da CGTEC, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, será assinada pelo Sr. Coordenador e pela Secretária Executiva.

Manaus, 15 de fevereiro de 2008.

Valéria Silveira Bentes
Secretaria-Executiva

DE ACORDO

José Rincon Ferreira
Coordenador (suplente)